

CHIERCHIA E A SEMÂNTICA DAS PRESSUPOSIÇÕES

Félix Flores Pinheiro*

Resumo: O presente artigo oferta uma reflexão crítica sobre a tentativa de tratar o nexos semântico conhecido por “pressuposição” através de uma semântica formal realizada por Chierchia. O autor encontra uma série de dificuldades para a realização dessa tarefa e, frente a tais desafios, adota uma postura pessimista sobre a possibilidade de sua realização, argumentando em favor de uma aproximação com a pragmática. No presente artigo, reconstruo os passos efetuados por Chierchia e questiono em que medida necessitamos adotar essa mesma postura pessimista.

Palavras-chave: Chierchia, semântica, pressuposições, nexos semânticos, gramática gerativa.

CHIERCHIA AND THE SEMANTICS OF PRESSUPPOSITIONS

Abstract: The present paper offers a critical reflection on the attempt to treat the semantic relation known as "presupposition" through a formal semantics performed by Chierchia. The author encounters a series of difficulties to accomplish this task and, faced with such challenges, adopts a pessimistic stance on the possibility of its accomplishment, arguing in favor of an approximation with pragmatics. In this paper, I reconstruct the steps taken by Chierchia and ask to what extent we need to adopt this same pessimistic stance.

Keywords: Chierchia, semantics, presuppositions, semantic relations, generative grammar.

Introdução

*Doutorando em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: feliks.sm@gmail.com

Desde os primeiros desenvolvimentos da filosofia analítica houve uma crescente aproximação entre as discussões filosóficas e a análise linguística, ampliando a quantidade e a relevância das contribuições desta para aquela. O livro *Semântica*, de Gennaro Chierchia (2003), constitui um bom estudo contemporâneo da importância dessa aproximação. Em *Semântica*, o autor analisa as características das línguas naturais a partir da tese conhecida como gramática gerativa, cujo principal expoente é Noam Chomsky. Tendo em vista tal projeto, Chierchia busca corroborar a hipótese de que toda forma de linguagem natural humana está baseada em regras comuns e *inconscientes* que podem ser exploradas com rigor através de analogias com as operações matemáticas.³ Contudo, ao explorar o nexo semântico das pressuposições – no último capítulo do livro – o autor encontra uma série de dificuldades para a aproximação entre o funcionamento dessas e as características dos sistemas formais utilizados. A partir dessas dificuldades, Chierchia sugere que um bom modo de tratar o nexo semântico em questão é através de uma lógica polivalente, ou seja, uma lógica não clássica. Obtendo como resultado o fracasso dessa possibilidade, o autor insere elementos contextuais dos falantes na discussão, levando a análise rumo a uma semântica mais dinâmica, ou seja, efetuando uma aproximação com a pragmática linguística.

Nesse sentido, o presente artigo possui por objetivo discutir o argumento utilizado pelo autor para justificar a adoção de um viés pragmático, tendo em vista a impossibilidade das lógicas multivalentes oferecerem suporte suficiente para as explicações semânticas. Para tanto, o texto que segue divide-se em duas seções principais. Inicialmente reconstruo a discussão do autor em torno das definições semânticas das pressuposições. Em um segundo momento, ofereço uma reflexão crítica sobre a exigência de uma lógica multivalente e outras possibilidades formais.

As pressuposições

³ O termo inconsciente, embora confuso, é utilizado pelo próprio Chierchia. Ele pode ser entendido com um significado psicológico, designando que não é necessário que os falantes de uma língua nativa possuam o conhecimento das regras inatas previstas na gramática gerativa.

“Semântica” é geralmente entendida como o ramo da linguística que estuda o significado, porém nesse artigo está em foco uma abordagem específica de tal estudo, a saber, a semântica formal. Através dessa perspectiva, o significado é entendido em termos de condições de verdade e referências, fazedores de verdade advindos de um tratamento lógico das sentenças. Esse é o tipo de estudo ofertado por Chierchia, o qual afirma, como ilustração desse tipo de estudo, que “compreender uma sentença (...) é determinar sua estrutura lógica”⁴. No interior desse projeto, o autor relaciona variados aspectos linguísticos da linguagem comum, buscando um tratamento formal correlato, geralmente efetuado através da teoria de conjuntos de Zermelo-Fraenkel. Um dos aspectos mais interessantes e desafiadores para essa tarefa são os nexos semânticos, relações entre os significados de sentenças que nos permitem passar do conteúdo de uma para o conteúdo da outra, por exemplo, que a verdade do conteúdo de uma sentença acarrete na verdade do conteúdo de outra sentença.

O nexo semântico que nos interessa nesse artigo é o denominado “pressuposição”. Uma pressuposição é caracterizada por Chierchia como uma sentença que, na presença de outra, deve ser dada como certa. Por exemplo, a sentença “Léo fumava” é algo que podemos dar como certo a partir da verdade da sentença “Léo parou de fumar”. No capítulo 4, intitulado “Nexos Semânticos”, do livro supracitado, o autor afirma que o teste empírico de uma pressuposição consiste em considerar uma sentença A e observar se ela exige que uma sentença B seja dada como certa não apenas quando A é afirmada, mas também quando é negada, colocada na forma interrogativa ou inserida (projetada) no antecedente de um condicional. Tal teste, intitulado “teste da P-família”, utiliza a ideia fregeana de que há um conteúdo central nas sentenças que permanece em suas respectivas negações, interrogações e condicionais; sendo crucial para distinguir uma pressuposição de outros nexos semânticos, como por exemplo da consequência.

Tendo em vista essa explicação informal e a colocação de um teste empírico, no capítulo 10, último do livro, Chierchia explora uma definição mais precisa para, a partir

⁴ Chierchia, G. *Semântica*, p. 49.

dela, testar o comportamento projetivo das pressuposições das sentenças simples em sentenças complexas. Assim, o autor apresenta a seguinte definição:

Def.1. A pressupõe B: Para cada âmbito do discurso w , A tem um valor de verdade em w se B é verdadeira em w .

Todavia, tal definição apresenta-se incompleta. Como Chierchia (2003) afirma, as projeções das pressuposições para as distintas operações lógicas são dadas por regras distintas. Segundo ele, a projeção da pressuposição na operação de negação funciona como um filtro pelo qual passam todas as pressuposições dos respectivos complementos. Assim, uma sentença A possui exatamente as mesmas pressuposições de sua respectiva sentença não-A. Já na projeção de sentenças A e B em uma conjunção ocorre uma espécie de cancelamento (indicado por uma subtração), funcionando como uma soma das pressuposições, menos as pressuposições da segunda que também são consequências da primeira. Para designar isso, Chierchia salienta que as pressuposições da segunda sentença, de B, que são relevantes para o cancelamento têm de estar presentes no “contexto” da primeira sentença, de A. O autor expressa essa projeção na fórmula: $\text{Press}(A \ \& \ B) = \text{Press}(A) + \text{Press}(B) - P$. Sendo P as pressuposições de B que são consequências de A.

A partir da fórmula encontrada para a projeção das pressuposições na operação de conjunção, Chierchia (2003) explica como funcionam as projeções na operação de disjunção e na operação de implicação, com a ressalva de que na disjunção o cancelamento das pressuposições de uma que é consequência de outra pode ser efetuado por ambas, enquanto que nas outras duas operações ele era restrito à ordem da direita para a esquerda.

Nota-se nessa etapa do raciocínio expresso por Chierchia que há uma relação fundamental entre pressuposições e consequências – sobretudo ao afirmar que as consequências relevantes são as informações presentes no contexto de primeira sentença, evidenciando a importância do contexto, a qual virá a ser o diagnóstico do ponto fraco dessa análise puramente semântica.

A partir dessas considerações, Chierchia ressalta que a definição formal de pressuposição tem de captar a possibilidade de uma sentença resultar não interpretável, ou seja, que sentenças afirmativas podem resultar em sentenças sem valor de verdade. Isso ocorre na medida em que a intuição básica do que é pressuposição converge na ideia de que a pressuposição de uma sentença pode não ser satisfeita, e se isso ocorrer a sentença não terá valor de verdade determinado. Para explicar isso, o autor distingue entre sentenças definidas, que possuem valor de verdade e sentenças indefinidas, que não possuem valor de verdade, ofertando a hipótese de que

Se as sentenças podem não ter valores de verdade em certas situações, as proposições que elas exprimem serão proposições parciais. Isso quer dizer que não podemos mais pensar que o conjunto de mundos associado a uma sentença é o conjunto dos mundos em que ela é verdadeira, e o seu complementar aquele em que a proposição é falsa; com efeito, entre os mundos em que uma proposição não é verdadeira, estarão, de um lado, aqueles em que ela é efetivamente falsa e, de outro, aqueles em que não tem valor de verdade porque suas pressuposições não foram satisfeitas.⁵

Diante dessa hipótese, Chierchia passa a analisar o funcionamento das projeções das pressuposições em uma semântica que inclui sentenças sem valor de verdade. Esse passo na discussão é nitidamente uma aproximação de abordagens contextuais, pois a própria existência dos valores de verdade será definida pelo *background* conversacional envolvido, que nesse caso serão exatamente as respectivas pressuposições. Dentro dessa nova perspectiva, o autor explora contrapartes extensionais positivas (cuja notação é +) e negativas (cuja notação é -) das proposições, formulando a seguinte definição:

Def. 2. Sejam P e Q duas proposições quaisquer; P pressupõe Q se, e somente se, para cada mundo w , $w \in P^+$ ou $w \in P^-$, apenas se $w \in Q^+$.

Seguindo tal definição, na qual “P+” significa a extensão positiva de uma sentença, como “o diretor está triste”, “P-” sua extensão negativa, a respectiva “o diretor não está triste” do exemplo; e “Q+” significa a extensão positiva de outra sentença,

⁵ Chierchia, G. Semântica, p. 555.

como por exemplo, “existe um diretor” (sendo “Q-” a possível extensão negativa que representaria “não existe um diretor”; Q é uma pressuposição de P, pois em mundo onde o diretor (não) está triste temos obrigatoriamente, ou podemos dar como certo, que existe um diretor). Nota-se, portanto que a Def.2 é apenas uma versão mais sofisticada da Def.1, trabalhada em termos de extensão positiva ou negativa e não sobre valores de verdade.

Ao introduzir a possibilidade de uma sentença ser nem verdadeira nem falsa, Chierchia precisa de uma semântica que dê conta desse novo elemento sintático, caso contrário a análise de como as projeções das pressuposições funcionam estaria limitada aos casos de sentenças definidas. Entendendo que a lógica clássica não consegue captar essa noção por trabalhar com dois valores excludentes, o autor propõe a seguinte semântica, baseada na lógica multivalente⁶ elaborada por Bochvar, utilizando como exemplo inicial a operação de conjunção:

Proposta de uma nova semântica para ‘e’ [operação de conjunção]

Caso i, $[[\Phi \text{ e } \Psi]]_w = 1$ sse $[[\Phi]]_w = 1$ e $[[\Psi]]_w = 1$.

Caso ii, $[[\Phi \text{ e } \Psi]]_w = 0$ sse $[[\Phi]]_w$ e $[[\Psi]]_w$ forem ambas definidas e uma das duas (ou as duas) forem falsas.

Caso iii, $[[\Phi \text{ e } \Psi]]_w = I$ (Indefinido) em todos os outros casos, (isto é, se um dos dois conjuntos for indefinido).⁷

Como o autor sugere, os primeiros dois casos da proposta são correspondentes à uma formalização em semântica através da lógica clássica. Já o terceiro caso constitui a regra para quando alguma sentença não possui uma pressuposição satisfeita, resultando indefinida. Chierchia testa tal definição e encontra um contraexemplo a mesma, concluindo que ela faz predições erradas nos casos de cancelamento. O exemplo é dado pela conjunção expressa na sentença complexa “o Brasil tem um único TS neste momento & o TS está feliz”. Segundo Chierchia, essa sentença é sempre definida, pois se “o Brasil tem um único TS neste momento” for verdadeira, a sentença complexa, a

⁶ As lógicas multivalentes podem ser caracterizadas por oposição às lógicas clássicas, bivalentes. Enquanto que nas lógicas clássicas, como a lógica de primeira ordem, as semânticas formais trabalham com uma dicotomia de valores, 1 e 0, lidos geralmente como verdade e falsidade pelas aplicações dessas lógicas aos raciocínios e às sentenças; as lógicas polivalentes são modelos que incluem mais de dois valores, multivalentes.

⁷ Chierchia, G. *Semântica*, p. 537.

conjunção, possuirá valor de verdade se “o TS está feliz” também possuir um valor de verdade, ou seja, independe dessa última ser verdadeira, ou falsa. Contudo, se a primeira for indefinida, a sentença será simplesmente falsa, e isso seria um contraexemplo à regra semântica, pelo fato da conjunção resultar com valor de verdade mesmo tendo uma sentença atômica indefinida.

A partir desse exemplo, Chierchia ressalta que há um problema de fundo sobre o papel que o contexto desempenha na projeção das pressuposições. Para ele, ao ignorar-se a importância do contexto, torna-se impossível tratar adequadamente as projeções das pressuposições, visto que os tratamentos formais disponíveis não são suficientes para tal. Segundo ele “até o momento não se conhece nenhuma lógica multivalente que, adotada como semântica dos conectivos proposicionais, prediga corretamente o seu comportamento projetivo”⁸. Nesse sentido, Chierchia considera que o cerne do problema é a negligência do papel que o contexto desempenha, trabalhando na sequência a ideia de Stalnaker de que a partir de uma aproximação com a pragmática, levando em consideração aspectos do fundo comum dos falantes, é possível chegar a um conceito de “pressuposição” que funcione melhor. Por esse motivo, a análise apresentada no livro caminha em direção a uma semântica mais dinâmica, que se aproxima da pragmática.

Entretanto, é possível questionar alguns pontos básicos dessa discussão antes de seguir neste caminho. Em primeiro lugar, olhando para a afirmação de que até agora não encontramos em nenhuma lógica multivalente a capacidade explicativa de que necessitamos, pode-se questionar por qual motivo realmente precisaríamos de uma lógica multivalente. A resposta simples para essa questão está na hipótese, já mencionada, de que quando uma pressuposição de uma sentença não é satisfeita, a sentença não resulta interpretável. Todavia, isso não é um argumento conciso para a necessidade de uma lógica multivalente, pois além de podermos ainda questionar a própria hipótese, a exigência de um valor indeterminado, encontramos na literatura da área diversos modelos semânticos que poderiam ser aplicados a esse caso por trabalhem com noções similares à de valores indeterminados e ao próprio conceito de

⁸ Chierchia, G. Semântica, p. 559.

pressuposição, como as lógicas *intensionais*. Ademais, não está claro porque tal necessidade recai no sistema de Bochvar, único caso de lógica multivalente analisado, ao invés de qualquer outra dentre os disponíveis. A possibilidade de existir uma lógica multivalente que de conta do nexos semântico em questão permanece em aberta. Então, cabe questionar: o que temos para preferir uma abordagem pragmática é suficiente para diagnosticar o fracasso das abordagens formais?

Múltiplas possibilidades

O contraexemplo crucial para o desenvolvimento que Chierchia realiza no restante do livro utiliza uma conjunção entre duas descrições definidas, sendo a primeira uma pressuposição da segunda. É a partir da análise desse caso que as previsões realizadas pelas definições oferecidas até o momento se mostram falhas. Contudo, ao tratar de descrições definidas, é sempre útil rever a discussão realizada por Russell, no artigo “On denoting”.

Suscintamente, o que nos interessa aqui é o debate que Russell (1978) trama com a teoria proposta por Frege, argumentando a dificuldade que essa última possui em lidar com casos em que a denotação parece estar ausente. Utilizando como exemplo a descrição definida “o atual rei da França”, temos - nesse que provavelmente é um dos debates mais conhecidos da história da filosofia analítica - a posição de Russell de que a relação entre significado e denotação é composta por uma forma lógica, sob a qual podemos dizer que o significado denota a denotação. Nesse sentido, Russell expõe a forma lógica de uma descrição definida, afirmando que ela se encontra escondida pela forma gramatical. Da exposição sobre o descompasso entre a gramática e a lógica subjacente resulta, como é bem sabido, o surgimento concreto da teoria das descrições definidas, que nos permite avaliar o valor de verdade de uma descrição definida a partir da satisfação das três condições lógicas sobre seu sujeito e seu predicado: (i) existe ao menos um indivíduo denotado pelo termo sujeito; (ii) existe no máximo um indivíduo

denotado pelo termo sujeito; (iii) isso que existe e é denotado pelo termo sujeito possui a propriedade denotada pelo termo predicado.⁹

A contribuição de Russell nos fornece um caminho para questionar a exigência de uma lógica multivalente, ao menos no caso de uma descrição definida. Enquanto Chierchia afirma que uma sentença que não possui uma pressuposição satisfeita não pode ter valor de verdade, trabalharemos agora com a hipótese de que uma sentença que não tem as pressuposições (i) ou (ii) satisfeitas são, na realidade, falsas.

Para fins de síntese, analisemos um caso semelhante ao colocado por Chierchia: a conjunção entre a sentença P: “a França possui um único rei atualmente”; e a sentença Q: “o atual rei da França é calvo”. Em primeiro lugar, Q pressupõe “existe ao menos um e no máximo um rei da França”, cujo conteúdo é descrito por P. A sentença P, por sua vez pressupõe, “existe ao menos um e no máximo um país que é a França”. Notar isso é fundamental para compreender que o acúmulo de pressuposições para os casos em que uma das proposições envolvidas é uma pressuposição da outra necessita de um passo atrás no ‘pano de fundo’.

De acordo com a proposta multivalente de Chierchia, se a pressuposição de P não for satisfeita, ou seja, se “não existe um país que é a França”, então P é indefinida. Nesse caso, Q também é indefinida, pois sua pressuposição - a própria P - não é satisfeita; portanto, ambas as sentenças atômicas são indefinidas e assim também a sentença complexa “P & Q”. Contudo, se apenas Q for indefinida, significa que sua pressuposição, a sentença P, não é satisfeita, podendo assim ser simplesmente falsa. Essa possibilidade de P ser falsa e Q ser indefinida resulta em uma sentença com combinações de valores diferentes daqueles previstos pela semântica baseada na lógica multivalente de Bochvar, que, portanto, não nos prediz o valor de verdade dessa sentença.

Recorrendo à hipótese baseada na distinção clássica realizada por Russell e, ressaltando novamente que as pressuposições envolvidas são afirmações existenciais sobre os sujeitos de uma descrição definida, podemos analisar o que ocorre se trabalharmos com uma semântica bivalente para essa estrutura subjacente. Nesse

⁹ Russell, B. “On denoting”, p. 490 - 491.

sentido, se Q for falsa por não possuir sua pressuposição satisfeita, significa que P, que é a sua pressuposição, é falsa, resultando na falsidade da conjunção “P & Q”. Igualmente, se P não tiver a sua pressuposição satisfeita, ela é falsa, obtendo o mesmo valor de verdade para a conjunção. Nota-se, agora, que para uma conjunção envolvendo uma sentença na qual uma é pressuposição da outra, se a sentença que é pressuposição for falsa, então a sentença composta é falsa.

Embora essa hipótese bivalente ofereça, aparentemente, uma solução para o contraexemplo, ela requer uma nova definição de pressuposição. Ocorre que as definições oferecidas por Chierchia, tanto a Def. 1, quanto a Def. 2, trabalham com exigências que só fazem sentido se for possível uma sentença não possuir valor de verdade, caso contrário nenhuma sentença será pressuposição de outra.

Encontrar uma nova definição a partir de uma semântica bivalente é, contudo, um desafio. A base para sabermos que algo é uma pressuposição é o teste da P-família, segundo o qual se uma sentença A pressupõe uma sentença B, então a negação de A também pressupõe B. Inicialmente, poderíamos pensar que uma boa definição poderia exigir apenas que “se A for verdadeira, então B também será verdadeira”. Apesar de todas as pressuposições se comportarem dessa maneira, por não afirmar nada sobre a sentença não-A, essa única exigência nos faria considerar como pressuposição uma relação de outro tipo, como, por exemplo, a *consequência*. De fato, no capítulo Nexos semânticos, Chierchia utiliza exatamente essa exigência para definir uma relação de consequência semântica, distinguindo essa das pressuposições através de um exemplo com as sentenças “Maria matou Hugo” e “Hugo morreu”, sendo a segunda consequência da primeira, mas não uma pressuposição por não passar no teste da P-família.

Nesse sentido, uma definição deveria ser capaz de afirmar que uma sentença A implica uma sentença B ao mesmo tempo em que a negação de A também implica B. Através do exemplo anterior já podemos ilustrar que isso é impossível, pois assumimos a possibilidade de que P: “O atual rei da França é calvo” seja falsa, tanto no caso de ter sua pressuposição satisfeita, quanto no caso de não ter. Nesse sentido, a falsidade de P, ou seja, não-P, pode não ter correspondência com a pressuposição de P. A partir disso, torna-se evidente que necessitaríamos distinguir entre dois tipos de falsidade, ou seja,

precisaríamos de um terceiro valor. Embora Russell tenha distinguido entre esses tipos de falsidade, um sistema formal bivalente não proporciona um meio adequado de interpretação para esses casos.

Além dessa conclusão, seguindo Chierchia, um sistema trivalente também não consegue captar adequadamente as pressuposições. Contudo, a semântica polivalente ilustrada por Chierchia não prediz claramente todas as possibilidades de combinações valorativas, em especial, a combinação dos valores 0 e 1, que é origem do problema.

Conforme afirma Haack, as lógicas polivalentes constituem sistemas alternativos às lógicas clássicas, que compartilham a mesma linguagem e diferindo por não terem alguns de seus teoremas. Embora as preocupações filosóficas que motivaram o surgimento das lógicas polivalentes remontem já a Aristóteles, as propostas de formalizações das mesmas só surgem a partir do séc. XX. Sucintamente, Łukasiewicz argumentou que deveria haver um terceiro valor de verdade para proposições sobre o futuro. Esse terceiro valor, considerado como ‘indeterminado’ ou simplesmente ‘possível’ torna necessária a exclusão dos princípios do terceiro excluído e do de não contradição, de forma com que nenhum deles é um teorema formal da proposta de Łukasiewicz. O valor indeterminado, para Łukasiewicz, foi pensado como um intermédio entre a verdade e a falsidade, onde se a verdade era dada pelo valor 1 e a falsidade pelo valor 0, o indeterminado poderia ser $\frac{1}{2}$. Posteriormente, Kleene formulou um sistema polivalente, pensando agora o terceiro valor não como intermediário entre a verdade e a falsidade, mas como ‘indecidível’. A principal diferença entre esses sistemas está no valor de verdade da implicação. Enquanto que para Łukasiewicz uma implicação com duas sentenças indeterminadas resulta verdadeira, para Kleene o resultado será também indeterminado, ou seja, indecidível¹⁰.

O terceiro sistema formal trivalente mais conhecido foi formulado por Bochvar, com o objetivo de resolver paradoxos semânticos, interpretando o terceiro valor como ‘paradoxal’ ou ‘destituído de significado’. Pensando que uma sentença que possua uma parte paradoxal é ela toda paradoxal, Bochvar apresenta matrizes em que o terceiro valor se sobrepõe. Contudo, uma vez que na presença de uma sentença com valor

¹⁰ Veja-se: Haack, S. Filosofia das Lógicas, p. 271 – 274.

indeterminado sempre temos como resultado de uma operação uma sentença composta com valor indeterminado, jamais haverá combinações cujos resultados são todos verdadeiros. Para lidar com isso Bochvar adiciona o operador de asserção ‘T’ para indicar ‘é verdade que’, o qual sempre resulta em um valor de verdade não indeterminado.¹¹ Segundo Haack, a inclusão desse conetivo externo possibilita uma aproximação entre uma lógica polivalente e os teoremas da bivalência, pois resulta em dois tipos de falsidades, aquela derivada do valor ‘falso’ e aquela deriva do valor ‘destituído de significado’.

É essa última abordagem que Chierchia utiliza para testar uma semântica trivalente. Contudo, por não apresentar claramente todas as possibilidades previstas na teoria, o autor torna pouco claro os motivos pelos quais essa explicação não obtém sucesso. Nota-se que a previsão dada pelo autor para o contraexemplo corresponde a da teoria, pois a conjunção entre A & B resulta indefinida sempre que uma delas é indefinida. No entanto, Chierchia não faz referência ao operador de asserção, elemento sintático fundamental para a lógica proposta por Bochvar. A inclusão deste resulta em dois tipos de falsidade que podem resolver o problema em torno dos limites das definições bivalentes. Além disso, nos sistemas de Łukasiewicz e Kleene as operações com valores indefinidos não resultam sempre em sentenças complexas de valor indefinido. Assim, não temos informação suficiente para compreender por qual motivo Chierchia escolheu este sistema em função daqueles.

Todavia, supondo apenas que podemos distinguir entre uma falsidade predicativa (*falsidade-p*) e uma falsidade derivada da destituição de significado (*falsidade-d*), como é a ideia de Bochvar, sendo que a falsidade-d implica a falsidade-p, poderíamos fornecer uma definição como:

Def.3. Sejam P e Q duas sentenças quaisquer; P pressupõe Q se, e somente se, (a) a verdade de P em *w* implica a verdade de Q em *w*; (b) a *falsidade-p* de Q em *w* implica a *falsidade-d* de P em *w* & a *falsidade-d* de P em *w* implica a *falsidade-p* de Q em *w*.

¹¹ Veja-se: Haack, S. Filosofia das Lógicas, p. 274 – 275.

Aparentemente, tal definição corresponde às ideias gerais do nexos semântico em questão. Por exemplo, tomemos P como a sentença “o atual rei da França é calvo” e Q como a sentença “a França possui um único rei atualmente”, a primeira pressupõe a segunda se a verdade daquela implica a verdade dessa, o que ocorre. Além disso, se tivermos a falsidade predicativa da segunda, ou seja, se for falso que “a França possui um único rei atualmente”, isso implicaria a falsidade-*d* da primeira, o que também ocorre. Por fim, se tivermos a falsidade-*d* de P, ou seja, se for falso que “o atual rei da França é calvo” por não existir um rei na França, isso implicaria a falsidade predicativa de Q, o que também ocorre.

Contudo, é necessário também mostrar que ela passa nos testes empíricos e verificar se a mesma fornece uma boa explicação para o comportamento projetivo das pressuposições de sentenças simples em sentenças compostas. Por se tratar de um teste empírico, a análise necessária é exaustiva e busca sempre por um contraexemplo. Assim, tal tarefa é objeto de estudo ainda em desenvolvimento, merecedora de um novo artigo no futuro. Por hora, deixaremos em aberto os problemas levantados nessa seção.

Considerações finais

Trabalhando na hipótese de que toda forma de linguagem natural humana está alicerçada em regras comuns e inconscientes que podem ser exploradas com rigor através de analogias com as operações matemáticas, Chierchia encontra uma limitação explicativa para com o fenômeno das pressuposições. Tal limitação, segundo ele, deriva do fato de que as mesmas são, por definição, relativas ao uso linguístico dos falantes. Diante disso, o autor assume uma postura pessimista frente às possibilidades de tratamento formal para esse tipo de nexos semântico, ofertando o restante da discussão através de uma aproximação com a pragmática.

No presente artigo, questioneei elementos pouco explorados por Chierchia, mas determinantes para sua postura pessimista, através da pergunta: o que temos para preferir uma abordagem pragmática é suficiente para diagnosticar o fracasso das abordagens formais? A resposta oferecida até aqui é negativa por conta das múltiplas possibilidades de tratamento para tais nexos.

Todavia, tais possibilidades exigem o tratamento através de lógicas não clássicas, lógicas alternativas. Não obstante, o próprio Chierchia esteve disposto a fazer isso, de modo que não parece um problema para a tese geral que tais assunções fujam ao escopo da lógica clássica. Se isso for permitido, então existem muitas possibilidades, por exemplo, as abordagens polivalentes de Łukasiewicz e Kleene formulam um resultado diferente para o contraexemplo oferecido pelo autor e que permanece em aberto; outro caminho interessante seria adotar a utilização de uma semântica modal, algo que parece promissor para se trabalhar com a ideia de satisfação das pressuposições através dos mundos possíveis; além disso, uma adaptação para a teoria da “quase-verdade” poderia captar a ideia do conhecimento parcial exigida no valor indeterminado de uma sentença quando sua pressuposição não é satisfeita. Por fim, e ressaltando o que foi realizado, a própria teoria utilizada por Chierchia possui um elemento sintático não mencionado relevante para a análise, que nos possibilitou administrar a ideia de dois tipos de falsidades para oferecer uma definição provisória. Todas essas abordagens permanecem em aberto e, ainda, pouco exploradas pela literatura da área.

Referências bibliográficas

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

HAACK, Susan. *Filosofia das lógicas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

RUSSELL, Bertrand Arthur William. On Denoting. *Mind*, v 14, n 56, p. 479-493, 1905.